

Ensino de Jornalismo e novas práticas jornalísticas no Século XXI: Globalização, Sociedade e Tecnologia¹

Aline T. Amaral HORN²

Luis Otávio DIAS³

Rosa Maria Cardoso DALLA COSTA⁴

Universidade Federal do Paraná, Paraná, PR

Resumo

Este artigo propõe a discussão sobre o ensino de Jornalismo e as perspectivas de atuação do jornalista frente às mudanças latentes na sociedade globalizada, diante do impacto da cultura digital, dos novos modos de interação com o público e questões de ordem institucional e mercadológica, em um momento de adaptações dos cursos de Jornalismo no Brasil com as Novas Diretrizes Curriculares. Apresenta os resultados de uma pesquisa inicial sobre a atividade jornalística no século XXI, que integra um grupo internacional de investigação sobre o tema. Encontra pressupostos teóricos em Bauman (1999), Wolton (2011) e Mattelart (2005) para compreender o tempo, o espaço e as Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação e, ancora-se em Fíguro (2013) e Marcondes Filho (2002) para discorrer sobre o modo de fazer jornalismo.

Palavras-chave: ensino do jornalismo; jornalismo digital; sociedade pós-moderna; novas tecnologias da informação e da comunicação

1. Introdução

A proposta deste trabalho consiste em debater e refletir o ensino de Jornalismo diante das mudanças constantes pelas quais passa a sociedade atualmente, com foco nas novas tecnologias e com destaque para as Novas Diretrizes Curriculares do curso de Jornalismo, que o desmembra da grande área da Comunicação Social e o torna uma ciência pura. Insere-se, neste contexto, os desafios colocados ao ensino de Jornalismo e ao futuro da profissão e do jornalista, que continuará sendo indispensável à sociedade, mas não na

¹ Trabalho apresentado no apresentado no GP História do Jornalismo do XV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda do Programa de Pós Graduação em Comunicação da UFPR, e-mail: hornaline@gmail.com

³ Doutorando do Programa de Pós Graduação em Educação da UFPR. Professor de Jornalismo do Centro Universitário Internacional Uninter – Curitiba/PR, e-mail: fototavio@yahoo.com.br

⁴ Orientadora do trabalho. Professora Dr.^a do Programa de Pós Graduação em Comunicação e Educação da UFPR, e-mail: rmdcosta@uol.com.br

forma do profissional que conhecemos hoje (COSTA, 2008), pelo dinamismo e imediatismo da comunicação na internet.

O jornalista aparece como intermediário fundamental desse processo por garantir legitimidade à informação-notícia que circula na rede (WOLTON, 2011), uma vez que a assimilação social e o uso das tecnologias da informação reconfiguram as práticas comunicacionais (COSTA, 2008) e faz surgir novas práticas jornalísticas no século XXI. Inclui-se nesse contexto a convergência midiática e a sociedade que se move em torno das histórias e das experiências das pessoas, que precisam de informação e comunicação todos os dias.

Para Ferrari (2012), ter a informação ao alcance das mãos modificou a rotina das redações e o formato de fazer jornalismo. Segundo o autor a realidade do dia a dia de um jornalista multimídia, é de um profissional que precisa ter domínios de equipamentos tecnológicos, olhar apurado para a fotografia e uma agilidade “impensável nos veículos impressos”. As mudanças são profundas e precisam ser percebidas pelos currículos dos cursos de Jornalismo. Ferrari busca em Martín-Barbero definições que devem fazer parte das disciplinas pensadas para estudantes de Jornalismo. “Os novos desafios do Jornalismo hoje estão calcados primeiramente na digitalização e ‘multimedialização’ das notícias e na necessidade de dar treinamento às redações, como um todo, e aos jornalistas em particular, para que eles possam dar conta dessas transformações” (MARTÍN-BARBERO apud FERRARI, 2012, p. 40).

Os questionamentos da pesquisa, em questão, evidenciam a constante lacuna existente entre teoria e prática, identificada por Meditsch (2012) que percebeu que a busca de uma adequação da teoria com a prática jornalística envolvia conceitos, professores – teóricos e práticos – e os formandos, que, em seus trabalhos de conclusão de curso, “reclamavam da impossibilidade de exercitarem a visão crítica da sociedade, que receberam nas disciplinas teóricas, no momento em que vão assumir o papel social de jornalistas” (MEDITSCH, 2012, p. 30).

Portanto, enfatiza-se nesse artigo o debate frente às ambivalências entre ensino de Jornalismo e as perspectivas de atuação do jornalista diante das mudanças latentes na sociedade globalizada e do impacto da cultura digital, dos novos modos de interação com o público e questões de ordem institucional e mercadológica, em um momento de adaptações dos cursos de Jornalismo no Brasil com as Novas Diretrizes Curriculares.

2. A sociedade globalizada, o espaço, o tempo e a comunicação na era digital

Constatar que a imprensa caminha para um ambiente inovador, é pensar também qual o papel do jornalista neste ambiente e como ele percebe as mudanças na sociedade contemporânea, os costumes das pessoas e suas influências em um mundo cada vez mais tecnológico. O jornalismo que conhecemos hoje com as sociedades democráticas, com raízes no século XVIII, quando se verificou o desenvolvimento do primeiro *mass media*, enfrenta atualmente novos desafios com a globalização e o ciberespaço. As mudanças são estruturais, embora valores identificados com a expansão dos jornais no século XIX prevaleçam até hoje: “a notícia, a procura da verdade, a independência, a objetividade, e uma noção de serviço ao público – uma constelação de ideias que dá forma a uma nova visão do “polo intelectual” do campo jornalístico” (TRAQUINA, 2012, p. 34). Assim, no século XIX, tem-se o fortalecimento de um novo grupo social – os jornalistas.

Com sua função consolidada, o jornalista e/ou o Jornalismo se veem, atualmente, em tempos e espaços diferenciados. A globalização, o local e o global, ou a *glocalização*, esta última instituída por Mattelart (2005), interferem no modo de vida das pessoas, nos seus hábitos e na forma de se relacionarem, assim como, no modo de consumirem informação. Para Bauman (1999, p. 7), o fenômeno da globalização revela raízes e consequências sociais do processo globalizador. Examinar causas e consequências da compreensão tempo/espaço leva à compreensão de que são diferenciados e diferenciadores. “Ser local num mundo globalizado é sinal de provação e degradação social” (BAUMAN, 1999, p. 8). Esta constatação evidencia questões diretamente relacionadas ao universo jornalístico hoje, quando a informação e o saber (Lévy, 1999) se deslocam em um universo virtual. A concentração de poder, o deslocamento dos centros e decisões, encontram-se livres de restrições territoriais.

Bauman (1999, p. 13) utiliza o princípio de Albert J. Dunlap para localizar no tempo e espaço fatores determinantes da vida em sociedade. O empresário Dunlap pregava que “A companhia pertence às pessoas que nela investem – não aos seus empregados, fornecedores ou à localidade em que se situa.” O que leva Bauman a consolidar sua percepção do fim da geografia, de um mundo sem fronteiras, de proprietários ausentes, de liberdade de movimentos, e novas hierarquias sociais, políticas, econômicas e culturais em escala cada vez mais mundial. O poder, então, estaria ligado a uma mobilidade adquirida por pessoas que investem, com capital, com recurso, fazendo surgir uma nova mobilidade sem amarras

locais, que flutua livremente. A ligação entre poder, capital e liberdade sem limites, evidenciam a diferença entre o território (a localidade), a vida real, e a ausência geográfica. “As distâncias já não importam, ao passo que a ideia de uma fronteira geográfica é cada vez mais difícil de sustentar no ‘mundo real’” (1999, p. 19).

Ensinar Jornalismo, fazer Jornalismo, ser jornalista em um mundo globalizado, requer compreensão desse espaço, agora ciberespaço, devido ao avanço tecnológico e da internet, nas últimas décadas, quando a sociedade se movimenta, ganha notoriedade e voz. Encontrar um ponto de equilíbrio que ajuste essa tríade em uma unidade ou processo até a formação profissional, torna-se indispensável, pois se faz necessário compreender o lugar em que esses processos ocorrem, assim como, o comportamento das pessoas em um mundo conectado, economicamente transformado em uma sociedade da informação e do conhecimento.

Wolton (2011, p. 71) coloca o jornalista como intermediário indispensável nesse cenário, por possuir o monopólio da legitimação da informação-notícia em qualquer suporte. “Não há informação-notícia sem jornalistas para produzi-las e, principalmente, para dar-lhes legitimidade.” O autor faz ressalvas a serem consideradas quando discute a evolução tecnológica; o avanço dos sistemas de informação; o papel do receptor; da sociedade; e a função da comunidade acadêmica (neste caso, os cursos de Jornalismo) em um mundo globalizado. Para Wolton, a revolução da informação esbarra em dois obstáculos: a comunicação e o conhecimento. “A abundância da informação cria imperativamente a necessidade de conhecimento para compreendê-las” (p. 71). Na onda da inovação e na tentativa de reinventar novas práticas jornalísticas, Wolton sinaliza que também precisamos reinventar o direito à informação, numa época em que estamos nos perdendo em um oceano de informações e num momento em que se paira sobre o mundo a ideologia do “faça você mesmo”. “Nada mais ingênuo e perigoso do que pensar que amanhã, graças aos sistemas de informação, cada uma se tornará seu próprio jornalista, fazendo caducar a existência, os direitos e os deveres dessa profissão” (WOLTON, 2011, p. 71).

Avançando sobre essas questões, Wolton (2011, p. 75) diz ser importante lutar contra o que chamou de “solução demasiado fácil” do jornalista multimídia, “que passaria indiferentemente de um suporte para outro, o que se dá, na verdade, sobretudo por razões de racionalização econômica.” Para levantar outros questionamentos sobre o papel do jornalista na sociedade da informação e se ele encontra respaldo nas Novas Diretrizes

Curriculares⁵ do curso de Jornalismo, o que vai gerir a vida acadêmica dos futuros profissionais daqui para frente, é que motiva a discussão apresentada nesta pesquisa, ao refletir sobre o ensino de Jornalismo e as práticas jornalísticas do século XXI. Estendem-se a esse estudo um debate mais amplo, devido convênio internacional firmado entre a UFPR e a Université Lumière Lyon II (Universidade de Lyon), na França, sobre “Novas Práticas Jornalísticas” instituído pelo programa de pesquisa sobre Jornalismo na Era Digital (Le Journalism à L’ère du Numérique - JADN), do lado francês, e pelo Grupo de Pesquisa Comunicação e Cultura Ciber (Click) da UFPR, do lado brasileiro.

Observa-se em Bauman que nos territórios físicos, planejados sólidos e inegociáveis, insere-se um outro espaço cibernético do mundo humano com a internet, o que, por sua vez:

(...) emancipa certos seres humanos das restrições territoriais e torna extraterritoriais certos significados geradores de comunidade – ao mesmo tempo que desnuda o território, no qual outras pessoas continuam sendo confinadas do seu significado e da sua capacidade de doar identidade. Para algumas pessoas ela augura uma liberdade sem precedentes face aos obstáculos físicos e uma capacidade inaudita de se mover e agir a distância. Para outras, pressagia a impossibilidade de domesticar e se apropriar da localidade da qual têm pouca chance de se libertar para mudar-se para outro lugar. Com “as distâncias não significando mais nada”, as localidades, separadas por distâncias, também perdem seu significado. Isso, no entanto, augura para alguns a liberdade face à criação de significado, mas para outros pressagia a falta de significado. Alguns podem agora mover-se para fora da localidade – qualquer localidade – quando quiserem. Outros observam, impotentes, a única localidade que habitam movendo-se sob seus pés (BAUMAN, 1999, p. 25).

A desterritorialização de poder em Bauman aproxima-se do que Pierre Lévy (1999, p. 47) declara ser virtual. É virtual toda entidade “desterritorializada”, capaz de gerar diversas manifestações concretas em diferentes momentos e locais determinados, sem, contudo, estar ela mesma presa a um lugar ou tempo em particular. Ainda adiante encontra similaridade com o deslocamento do saber e, conseqüentemente, com a desterritorialização das bibliotecas, quando Lévy faz uma reflexão do futuro da educação e de formação na

⁵ Resultado de um processo de lutas dos sujeitos envolvidos – profissionais e professores e suas respectivas entidades representativas – essas novas diretrizes trazem como principais mudanças a separação das habilitações de Jornalismo, Relações Públicas e Publicidade e Propaganda, que, até então, conviviam organicamente no curso de Comunicação Social. A partir delas, é criado o Bacharelado em Jornalismo, ou seja, as antigas habilitações são separadas em cursos distintos. As Novas Diretrizes Curriculares apresentam seis eixos fundamentais: fundamentação humanística, fundamentação específica, fundamentação contextual, formação profissional, aplicação processual e prática laboratorial. As matrizes curriculares dos cursos devem ser construídas a partir desses eixos, devem promover um maior equilíbrio entre teoria e prática e possibilitar aos alunos contato com sua realidade desde o primeiro ano do curso.

cibercultura⁶. As tecnologias intelectuais (bancos de dados, hiperdocumentos, simulações, realidade virtuais) favorecem novas formas de acesso à informação e novos estilos de raciocínio e de conhecimento.

A partir do século XX, com a ampliação do mundo, a progressiva descoberta de sua diversidade, o crescimento cada vez mais rápido dos conhecimentos científicos e técnicos, o projeto de domínio do saber por um indivíduo ou por um pequeno grupo tornou-se cada vez mais ilusório. Hoje, tornou-se evidente, tangível para todos que o conhecimento passou definitivamente para o lado do intotalizável, do indomável (LÉVY, 1999, p. 161).

Lévy levanta a hipótese ou afirma sistematicamente que o portador direto do saber é o ciberespaço, a região dos mundos virtuais, por meio do qual as comunidades descobrem e constroem seus objetos e conhecem a si mesmas como coletivos inteligentes. Houve um deslocamento desse saber, que antes se ficava nas comunidades, no ancião, no território. O saber passa da comunidade viva (nas sociedades anteriores à escrita, quando um velho morre é uma biblioteca que se queima), para o livro (aqui, é o interprete quem domina o conhecimento) e chega aos sábios, aos cientistas (o saber é transmitido pelas bibliotecas). Para Lévy (1999, p. 164) o saber ocupa, agora, a região dos mundos virtuais, o ciberespaço.

A desterritorialização da biblioteca que assistimos hoje talvez não seja mais do que um prelúdio para a aparição de um quarto tipo de relação com o conhecimento. Por uma espécie de retorno em espiral à oralidade original, o saber poderia ser novamente transmitido pelas *coletividades humanas vivas*, e não mais por suportes separados fornecidos por intérpretes ou sábios. Apenas desta vez, contrariamente à oralidade arcaica, o portador direto do saber não seria mais a comunidade física e sua memória carnal, mas o *ciberespaço*, a região dos mundos virtuais, por meio do qual as comunidades descobrem e constroem seus objetos e conhecem a si mesmas como coletivos inteligentes.

Armand Mattelart (2005, p. 108-109) teoriza o conceito de desterritorialização em face de um “*espaço pós-nacional*”, com contornos indefinidos, em que o Estado-nação encontra o seu fim, uma vez que as “teorias do pós-moderno se unem, com esse propósito, às do gerenciamento global”. Ao extrair o conceito de governamentalidade⁷ de Michel

⁶ Abertura de um novo espaço de comunicação que cabe a nós explorarmos as potencialidades mais positivas deste espaço nos planos econômico, político, cultural e humano. A hipótese, apresentada por Lévy, é de que a cibercultura expressa o surgimento de um novo universal, diferente das formas culturais que vieram antes dele no sentido de que ele se constrói sobre a indeterminação de um sentido global qualquer. A cibercultura encontra-se ligada ao virtual (LÉVY, 1999).

⁷ [...] conceito sob o qual Michel Foucault reagrupava o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer essa forma bem específica de poder, que tem como alvo principal a população; por forma maior de saber, a economia política; por instrumento técnico essencial, os dispositivos de segurança. (FOUCAULT apud MATTELART, 2005, p. 108-109)

Foucault, Mattelart reforça o papel do Estado-nação⁸, de ator estatal, a redefinir suas funções reguladoras enquanto representante do interesse coletivo, frente à “crescente interdependência dos sistemas nacionais – técnicos, científicos, econômicos culturais, sociopolíticos, civis ou militares [...]” e aproxima essa constatação ao poder de uma sociedade civil globalizada ou como denomina o autor, *glocalizada*. Neste caso, como sinalizou Bauman, e reforça Mattelart, com o pensamento de Braudel, de que “se consagra à análise da recomposição das hierarquias, toda uma escala de polos principais e secundários de irradiação midiáticos e culturais, mas também de dependências” (2005, p. 111).

Nações, cidades, bairros ou áreas rurais. A exemplo da competição à qual se entregam os indivíduos entre si, a concorrência dos territórios locais sob efeito do global qualifica alguns e desqualifica outros. Uma vertente da realidade da globalização tutelada pela bem azeitada noção administrativa de “glocalização”.” (MATTELART, 2005, p. 111).

O mesmo se diga da crença no poder de uma sociedade civil global soberana, eletronicamente conectada, liberta das fronteiras e das grandes máquinas instituídas, enfrentando-se apenas com os megagrupos transnacionais. É simultaneamente a partir dos Estados e fora deles que se constrói um espaço público embrionário de dimensão mundial.

Diante da compreensão de que o espaço físico, entendido como território, salta para um outro patamar com a “desterritorialização” desses espaços, modifica o lugar do “saber” (LÉVY, 1999), do poder (BAUMAN, 1999) e do “espaço pós-nacional” (MATELLART, 2005), o Jornalismo contemporâneo já não habita um espaço físico e sua localidade transcende o espaço geográfico. Há duas décadas criou raízes quando ingressou no universo online com os portais de notícias na internet e, atualmente, com a evolução da sociedade e da comunicação, o Jornalismo se modifica a cada dia, inclusive na sua relação com o leitor e com a audiência, instâncias expressas nas Novas Diretrizes Curriculares do MEC.

Questões levantadas por Wolton (2011, p. 77) evidenciam o lugar da comunidade acadêmica nesse debate, uma vez que “a revolução da informação não invalida o conhecimento acadêmico ou científico.” Professores universitários não podem mais se esconder “numa torre de marfim aristocrática” e jornalistas não podem mais ignorar a profundidade da cultura e dos saberes acadêmicos.

⁸ A nação representa o povo. O Estado, por definição disciplinar, representa a nação. (NEGRI & HARDT apud MATTELART, 2005, p. 109).

O mundo acadêmico, da pesquisa e do conhecimento, apesar o que possa ser dito, tem sido esmagado nos últimos 30 anos pelo mundo da informação, da mídia, do jornalismo e dos acontecimentos. A informação não matou o conhecimento, mas o marginalizou, mesmo se o meio acadêmico tem uma parte de responsabilidade nisso. Tudo contribui para a marginalização do mundo da cultura na democratização da cultura de massa, na dominação das novas tecnologias e na espetacularização do jornalismo. A lógica das notícias, com sua velocidade, brevidade, lógica de competição e obsolescência das coisas e do tempo, engoliu o cultural e o saber científico. (...) A revolução da informação não invalida o conhecimento acadêmico ou científico. Para que serve ter acesso a todo tipo de informação se não dispomos de conhecimentos para fazer interpretações? Como compreender, por outro lado, o impacto das informações sobre os saberes e dos saberes sobre a informação se esses universos estiverem muito distantes um do outro? A ideologia da velocidade e do “faça você mesmo” esbarra na espessura das culturas, da história e das sociedades. (WOLTON, 2011, p. 76-77)

São perspectivas que se abrem ao ensino do Jornalismo, levando em consideração a comunidade acadêmica (intelectuais, professores universitários), os alunos (futuros jornalistas) o que coloca o mundo do conhecimento mais próximo do cotidiano. Também é preciso inserir neste espaço os enquadramentos culturais e ideológicos. A globalização das trocas de informação e dos conhecimentos obriga que se preste atenção a outras culturas. (WOLTON, 2011).

Os últimos 20 anos (final do século XX e este início do terceiro milênio) transformou o modo de comunicar. A comunicação passou do analógico ao digital interferindo, ainda que lentamente, no universo das redações e transformou as noções de tempo e espaço (BARBOSA, 2013). O “ao vivo” é “ultra atual”, mesmo que o jornalista não esteja na cena do acontecimento. Wolton (2005) e Barbosa (2013, p. 336) registram como a evolução da informação trouxe o público para a cena da comunicação quando passa a ocupar o posto de produtor de conteúdos, “munidos com seus celulares que podem filmar as cenas extraordinárias de um mundo em crise, registra minuto a minuto aquilo que choca a sua retina e que poderá vir a chocar outras pessoas, elas também público dos meios de comunicação”.

3. O jornalista e suas perspectivas de atuação na sociedade pós-moderna

Para acompanhar as rápidas mudanças vigentes na sociedade globalizada, sabe-se que o jornalista, não só como representante do interesse público, mas também como indivíduo pós-moderno, está passando por uma transição que demanda a urgência pela revisão de sua própria atuação profissional, pautada pelo imediatismo, pelo efêmero e pela

falta de engajamento, características que retratam o mundo de hoje.

Segundo Hall (2006) a sociedade pós-moderna está sob o prisma da instantaneidade, do supérfluo, do simulacro – instâncias que remontam a constituição da identidade do homem contemporâneo. Nos meios de comunicação, esses atributos ganham vida, pois os profissionais de comunicação, entre eles, os jornalistas, cada vez mais especializados, cumprem a tarefa de editar a realidade, “fazer a montagem do mundo, a partir de supressões, acréscimos, destaques, ou simulando realidades que prescindem propriamente de serem reais, de existirem para adquirirem ares de veracidade” (TOSTA; MELO, 2008, p. 53).

É inegável que a velocidade e o inédito são características do jornalismo, mas a “liquidez” como os fatos se desfazem é algo latente na atuação profissional. Haroche (2008, p. 123) se apropria do conceito de “sociedade líquida” para retratar as atuais sociedades contemporâneas, que sob o impacto da globalização, tendem a se transformar de maneira contínua, balizadas por valores efêmeros e superficiais. Pode-se afirmar que a busca pelo próprio reconhecimento de si leva a crer que os jornalistas com “identidades líquidas”, ora flexíveis às mudanças, ora resistindo a elas, acabam sendo afetados pelas transformações imediatas afins as próprias áreas de atuação, como, por exemplo, lidar não somente com a qualidade e tratamento do imenso fluxo de informações noticiosas, mas também com questões institucionais e relações de mercado das corporações dos quais fazem parte.

Isso exige, por sua vez, que o jornalista, como fonte legítima da informação, seja capaz de perceber e relacionar as várias partes que compõe o acontecimento:

(...) que tenha a condição de reelaborar o que vem como um dado, reconhecer o que ainda está mal desenhado, com contornos borrados, construir uma visão que totalize os fatos, inter-relacionando todas as esferas da sociedade, percebendo que o que esta acontecendo em cada uma delas é resultado da dinâmica que faz com que todas interajam, dentro das possibilidades daquela formação social, naquele momento histórico, que, como dissemos, são características do conhecimento (BACCEGA, 2003, p. 36).

Perante as inúmeras possibilidades de atuação, o jornalista dos dias de hoje, agente social e protagonista da comunicação pública, acaba por representar a extensão da fragmentação social da realidade contemporânea. É o que observa Marcondes Filho (2002, p. 53) ao conceber o jornalismo como uma atividade múltipla:

Um jornalismo diário de um grande matutino é muito diferente do jornalismo semanal, de uma revista especializada, de um boletim de assessoria de imprensa

ou de um jornal sindical ou de bairro. Mas o canal também difere: fazer notícias para o jornal das 20 horas é diferente de fazer uma reportagem como enviado especial do outro lado do planeta, organizar um documentário, um reality-show, conduzir uma entrevista, e todos estes diferem muito do jornalismo de rádio ou da imprensa escrita. E todos são jornalistas (MARCONDES FILHO, 2002, p. 53).

Diante dos valores-notícia, políticas editoriais/institucionais e até frente a sua própria subjetividade, o jornalista está literalmente num “fogo cruzado”, em meio a mudanças afins a sua rotina de trabalho e novos rumos do fazer jornalismo. Apesar da informação chegar mais facilmente por meio da interação ativa do público, por outro lado, os cuidados em relação aos critérios de valor e de apuração da notícia devem ser redobrados, pois é no campo da produção da notícia, pautado pelo imediatismo, que os valores encontram terreno para se manifestar. É nesse mesmo lugar que as escolhas individuais e institucionais do jornalista e do seu modo de produção/fazer jornalístico pautam o que será de conhecimento do coletivo/sociedade.

Ressalta-se aqui o conceito de “lógicas de produção” idealizado por Martín-Barbero (1997) e as instâncias a ser consideradas no campo emissor. A primeira delas refere-se à *competitividade industrial*, que pressupõe a capacidade de produção manifesta no grau de desenvolvimento tecnológico, assim como a capacidade de risco financeiro para inovação e grau de diversificação-especialização profissional de uma empresa. Outra instância seria os *níveis e fases de decisão na produção* de cada gênero: quem, em que momentos, e com que critérios se decide o que é produzível. Por seguinte, considera-se as *ideologias profissionais* como componentes e campo de tensão entre as exigências do sistema produtivo, as regras do gênero, as demandas sociais, e a iniciativa e criatividade (as formas de resistência) dos produtores, diretores, atores, cenógrafos, operadores etc. Já as *rotinas de produção* tratam-se das exigências do tempo da produção e das formas de atuação. Por fim, as *estratégias de comercialização*, se referem aquilo que deixou suas marcas na estrutura do formato do produto midiático, por exemplo. Mesmo considerando que o autor enfatiza o meio televisivo quando discorre sobre essas instâncias, suas imbricações no modo de produção são cabíveis aos mais diversos meios de comunicação, dos quais têm os jornalistas como seus protagonistas.

Tendo em vista que o campo da produção tem imbricado no seu “modus operandi” fatores que “fogem de controle”, de ordem mercadológica e institucional, por exemplo, a apreensão sobre as particularidades do modo de fazer jornalismo é ainda maior a partir do entendimento de que, conforme afirma Baccega (2003, p. 26), o público interpreta somente

aquilo que chega ao seu conhecimento, ou seja, aquilo que foi escolhido no âmbito da produção, levando em conta vários aspectos, sobretudo a orientação da empresa detentora daquela mídia.

Se é verdade que o receptor (enunciatório/enunciador) mobiliza seu universo cultural para interpretar o que aparece nos meios de comunicação, seja de que gênero for, também é verdade que temos de levar em conta em nossas reflexões a mediação, o filtro que antecede o que ele está vendo, ouvindo ou lendo: a mediação no campo da produção (BACCEGA, 2003, p. 26).

Segundo Meyer (2004, p. 244) os jornalistas, imersos do campo da produção, experimentam uma série de coisas, como tornar o conteúdo o mais chocante e bizarro possível, divulgar informação tão rápido que não sobra tempo para checar os fatos ou ainda “mesclar o conteúdo editorial a publicidade paga ou ao material de assessoria de imprensa, de forma tão imperceptível que o consumidor não tem consciência de estar recebendo uma mensagem comercial”. Porém, o autor admite que embora essas ações, em geral, não sejam realizadas por jornalistas legítimos, “há uma quantidade suficiente de infrações altamente visíveis feitas por jornalistas para que a opinião pública considere a distinção bastante imperceptível”.

Neste sentido Moretzson (2007, p. 154) critica o ideal da transparência pregado pelo Jornalismo:

(...) de saída, esconde coisas importantes como os interesses empresariais dos próprios jornais e das fontes que os alimentam, e o processo de seleção das informações que nos são oferecidas. Além disso, sugere a necessidade de exposição imediata dos fatos, como se a simples exposição bastasse para esclarecer o público. Principalmente por causa do uso da imagem, remetendo a antiga ilusão de que ‘ver’ é compreender’ (MORETZSON, 2007, p. 154)

Segundo Meyer (2004, p. 239), para preservar as funções de responsabilidade social da imprensa é necessário “parar de dar atenção aos proprietários e investidores e começar a olhar para as pessoas da linha de frente, responsáveis pelo cotidiano da profissão”. Conforme relata Fígaro (2013, p. 145), o jornalista ao lidar diretamente com a informação, ocupa o papel de protagonista:

O profissional passou a ter destaque na sociedade da informação e precisou se organizar como categoria, regulamentando a profissão. Ao transmitir a informação, ele auxilia no processo de formação do sujeito receptor, cidadão de uma sociedade democrática, que precisa de subsídios para conhecer a realidade em que vive e sentir-se parte dela. Recebe a informação por fontes oficiais (assessorias de imprensa) e não oficiais; filtra essa informação, que é retrabalhada por ele, e repassada para os leitores dos jornais, revistas e sites (FÍGARO, 2013, p. 145).

Pereira e Maia (2009, p. 8) consideram que o jornalismo se articula com a noção de interesse público, o que legitima o status do jornalista frente à sociedade. Os autores partem da seguinte premissa:

(...) o jornalista trabalha em função do interesse público; logo tudo o que ele diz é importante; e, por isso, ele não deve ser cerceado, pois isso seria um atentado contra toda a sociedade. Tal silogismo garante ao jornalista um status social extraordinário. Primeiro porque legitima suas ações. Segundo porque lhe permite se posicionar na sociedade como alguém que está acima dos interesses de grupos específicos. Se o jornalista serve à coletividade, ele deve se balizar por valores universais (PEREIRA; MAIA, 2009, p. 8).

As reflexões levantadas apontam para o que Fígaro (2013) relata a respeito das mudanças no mercado de trabalho dos jornalistas:

As mudanças nos processos e rotinas produtivas, a concorrência global e as novas demandas dos consumidores têm profundas implicações para os profissionais do setor da comunicação. Implicações que vão do campo ético-profissional ao cultural e pessoal. Elas demandam respostas, gestão e planejamento ao nível político institucional (empresas, sindicatos, Estado, faculdades) (FÍGARO, 2013, p. 12).

Não é por menos que Fígaro (2013, p. 14) reflète que no mundo de trabalho do jornalista este profissional além da capacidade de atuar em multiplataformas, deve ter domínio sobre aspectos estéticos e de conteúdo, ter “noções de marketing e de administração, visto que se prioriza a visão de negócios/mercadoria já inserida no produto cultural, por meio do tratamento dados as pautas e a segmentação do público”.

Tais implicações que se colocam postas na atuação do jornalista refletem que este profissional se encontra em um campo de contradições. Segundo Fígaro (2013, p. 246) os jornalistas encontram na sua prática profissional o que não querem, ou seja, valores e práticas que não reiteram os valores deontológicos. “Isto é, o jornalista se ilumina com esses valores, no entanto, não são esses valores que orientam a atividade real de trabalho”. Além desta importante ressalva, Wolton (2006, p. 104) atenta que a falta de reconhecimento, somado os desafios que lhe são postos no seu dia a dia, reflète em incertezas relativas ao campo profissional:

(...) por um lado, a perda de confiança do público que reduziria a legitimidade dos jornalistas (...) por outro lado, a ilusão de que, graças às novas tecnologias,

seria possível reduzir o papel dos jornalistas. A prazo, é o estatuto do jornalista, intermediário entre o espetáculo do mundo e o público, que está em causa, na sequência dessa evolução técnica e da crise de confiança do público em relação à profissão. É inútil dizer que uma tal evolução seria catastrófica, tanto para a profissão como para a informação, para o público e para a democracia (WOLTON, 1999, p. 214).

Há autores que defendem que numa perspectiva futura os jornalistas se tornarão indispensáveis, em meio a tantas informações. Wolton (2006, p. 121) é um dos autores que partilha desta ideia e diz que o jornalista ao ter a responsabilidade de informar - sem retomar o discurso dos atores políticos, e ao mesmo tempo, não se autoproclamar “justicheiro da democracia” – exerce um papel essencial na comunicação política e nas democracias. Já outros estudiosos, fazem uma alusão pessimista em relação ao futuro do Jornalismo, como é o caso de Marcondes Filho (2002, p. 146) que afirma que o volume de dados circulantes leva a crer que “no futuro os jornalistas se tornem dispensáveis, pois as pessoas terão critérios, discernimento e desenvoltura para pesquisar, localizar e utilizar de toda a informação necessária a sua vida”. O autor é enfático ao afirmar que caso os jornalistas sobrevivam, estes serão “técnicos em documentação”.

Entre os prognósticos apresentados pelos autores, alguns mais otimistas e outros nem tanto, vale ressaltar que o “nó” a ser desatado quando se fala nas mudanças no mundo de trabalho do jornalista, se encontra justamente em cumprir a sua premissa maior - contribuir para a formação do indivíduo – e, assumir, simultaneamente, seu lugar enquanto indivíduo inserido em uma trama cultural que impõe valores calcados no mercado, no consumo e nas relações de poder, sem deixar de ter como eixo norteador e inerente a sua profissão a responsabilidade pela formação pública.

Considerações

A formação do profissional jornalista no cenário brasileiro entra numa nova fase com a aprovação das Novas Diretrizes Curriculares que deverão entrar em vigor em 2015, em face da comunicação, campo em constante transformação na era tecnológica. Meditsch (2012) sinaliza que receptores e emissores encontram-se em um mesmo patamar e que o “fazer Jornalismo” enfrenta turbulências no mundo contemporâneo e eleva esse problema ao papel pedagógico do ensino e da função do Jornalismo em mediar esse processo.

Diante desse panorama da pós-modernidade onde a informação passou a circular nas mãos de multidões, os modos de comunicação adquiriram novas formas, o jornalista, frente

às regras da convergência digital, normas institucionais e em meio a um campo caracterizado pelo descompasso entre o ritmo da formação acadêmica e a realidade de mercado, protagoniza mudanças inerentes a sua própria perspectiva de atuação. Novas práticas de fazer jornalismo estão sobre as mesas das redações, ou melhor, nas mãos dos jornalistas, que, hoje, como esclarece Ferrari (2012) e Fígaro (2013) deve ter capacidade de atuar em multiplataforma, com vários tipos de mídia, ter domínio estéticos de conteúdo, noções comerciais e de marketing.

Sob esse ponto de vista, os cursos de Jornalismo vão esbarrar em outro dilema, preparar um profissional/jornalista multimídia, que vai encontrar uma redação transformada e adaptada tecnologicamente, que produz conteúdos digitais e adaptados para canais de veiculação diversos. Neste horizonte, a popularidade e democratização dos bens de produção e distribuição da informação influenciaram o fim da geografia, de um mundo sem fronteiras, de proprietários ausentes, de liberdade de movimentos, e novas hierarquias sociais, políticas, econômicas e culturais em escala cada vez mais mundial.

Para lidar com tais frentes que se colocam postas nas sociedades contemporâneas, vigora-se a necessidade de aproximação entre professores universitários (intelectuais) e profissionais jornalistas, afim que se diminua a lacuna entre teoria e prática. Dessa maneira, jornalistas formados sob uma perspectiva crítica dentro das Novas Diretrizes Curriculares, podem de fato melhor se adaptar a mudanças do ofício de fazer jornalismo e contribuir para a formação do indivíduo em sociedade.

Referências

BACCEGA, M. A. **Televisão e Escola, uma medição possível?** São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003

BARBOSA, Marialva. **História da comunicação no Brasil.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas.** Tradução, Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

FERRARI, Pollyana. **Jornalismo Digital.** 4. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

FÍGARO, R. **As mudanças no mundo do trabalho do jornalista.** São Paulo: Editora Atlas S.A, 2013

HALL, S. **A identidade em questão.** In: HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2000, p. 7-23

HAROCHE, Claudine. **A condição sensível: formas e maneiras de sentir no ocidente.** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2008.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Ed. 34, 1999.

MARCONDES FILHO, C. **A Saga dos cães perdidos.** 2.ed. São Paulo: Hacker Editores, 2002

_____. **Televisão: a vida pelo vídeo.** São Paulo: Editora Moderna Ltda, 1995

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia.** Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

MATTELART, Armand. **Diversidade cultural e mundialização.** Tradução Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2005.

MEDITSCH, Eduardo. **Pedagogia e Pesquisa para o Jornalismo que está por vir: a função da universidade e os obstáculos para sua realização.** Florianópolis, SC: Editora Insular, 2012.

MELO, J. M.; TOSTA, S. P. **Mídia & Educação.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

MEYER, P. **Os jornais podem desaparecer? Como salvar o jornalismo na era da informação.** São Paulo: Editora Contexto, 2007

MORETZSOHN, S. **Pensando contra os fatos – Jornalismo e Cotidiano: do senso comum ao senso crítico.** Rio de Janeiro: Revan, 2007

PEREIRA, F. H.; MAIA, K. B. F. **Apontamentos sobre a relação entre liberdade de imprensa e identidade profissional dos jornalistas.** Disponível em: <http://sbpjour.kamotini.kinghost.net/sbpjour/admjour/arquivos/k%C3%AAnia_beatriz_ferreir_a_maia;f%C3%A1bio_henrique_pereira.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2015

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são.** Florianópolis: Insular, 3. ed. Ver. 2012.

WOLTON, D. **É preciso salvar a comunicação.** Tradução Vanise Pereira Dresch. São Paulo: Paulus, 2006

_____. **Informar não é comunicar.** Tradução de Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2011.

_____. **Pensar a comunicação.** Tradução Vanda Anastácio. Miraflores: DIFEL – Difusão Editorial, S.A, 1999. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/69738825/Dominique-Wolton-Pensar-a-Comunicacao>>. Acesso em: 11 jun.2015